



**PBPC**  
ISSN 2674-9432



**Qualis A3**  
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no  
Google Acadêmico

## **ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

*Viki Campos Ribeiro<sup>1</sup>, Viviane Prado Buiatti<sup>2</sup>, Mônica Rodrigues Cardoso<sup>3</sup>, Ana Elisa de Freitas Machado Silva<sup>4</sup>*



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n1p4069-4089>

Artigo recebido em 26 de Janeiro e publicado em 26 de Março de 2026

### **ARTIGO DE REVISÃO**

#### **RESUMO**

A inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas constitui um desafio para as instituições educacionais, pois exige práticas que considerem as particularidades dessa população. A partir da perspectiva da Psicologia Escolar e da Teoria Histórico-Cultural de Lev Vigotski, este estudo justifica-se pela necessidade de compreender a atuação do(a) psicólogo(a) escolar na promoção da inclusão de estudantes com TEA. O objetivo é investigar, por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa e exploratória, como a Psicologia Escolar, fundamentada nessa teoria, contribui para práticas inclusivas no ambiente escolar. A construção da pesquisa foi realizada em plataformas científicas, resultando na seleção de artigos publicados no período de 2018 a 2023. Os resultados evidenciam uma escassez de estudos que articulem o TEA com a Psicologia Escolar, o referencial teórico e o(a) psicólogo(a), embora apontem a importância de ações desse profissional junto às demandas do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da equipe pedagógica e das famílias. Conclui-se que a Teoria Histórico-Cultural oferece subsídios teóricos relevantes para compreender o desenvolvimento de crianças com TEA, valorizando a mediação social e o contexto social e cultural. Ressalta-se a urgência de ampliar pesquisas nessa área, a fim de consolidar práticas escolares mais inclusivas e combater o capacitismo.

<sup>1</sup> **Viki Campos Ribeiro** - Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia, pós-graduanda em Ciência do Exercício e do Esporte pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, e-mail: vikiribeiro.pro@gmail.com

<sup>2</sup> **Viviane Prado Buiatti** - Doutora em Educação, Docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (IPUFU), Uberlândia-MG, e-mail: vivibuiatti@ufu.br

<sup>3</sup> **Mônica Rodrigues Cardoso** - Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia, especialista em Psicomotricidade, Uberlândia-MG, e-mail: moonicarc@hotmail.com

<sup>4</sup> **Ana Elisa de Freitas Machado Silva** - Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia, pós-graduanda em psicologia clínica histórico-cultural pelo Instituto Veresk, e-mail: anaelisafreitasmachado@gmail.com



**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista, Psicologia Histórico-Cultural, Vigotski, Psicologia Escolar.

## **ABSTRACT**

The inclusion of individuals with Autism Spectrum Disorder (ASD) in schools remains a challenge for the educational system, requiring practices that consider the uniqueness of this population. Grounded in School Psychology and the Historical-Cultural Theory of Lev Vygotsky, this study is justified by the need to understand the role of school psychologists in promoting inclusive education for students with ASD. The objective is to investigate, through a qualitative and exploratory bibliographic review, how School Psychology, based on this theoretical framework, contributes to inclusive practices in the school environment. Data were collected from scientific databases (CAPES, SciELO, BVS, and Google Scholar), resulting in the selection of 11 articles published between 2018 and 2023. The results reveal a lack of studies that integrate ASD, School Psychology, and the Historical-Cultural approach, although they highlight the psychologist's role in articulating Special Educational Support, the pedagogical team, and families. It is concluded that the Historical-Cultural Theory provides relevant theoretical support to understand the development of children with ASD, valuing social mediation and cultural context. The study underscores the urgency of expanding research in this area to strengthen inclusive school practices and combat ableism.

**Keywords:** Autism Spectrum Disorder, Cultural-Historical Psychology, Vygotsky, School Psychology.

**Instituição afiliada** – Universidade Federal de Uberlândia.

**Autor correspondente:** *Mônica Rodrigues Cardoso*

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





## **1. INTRODUÇÃO**

A educação inclusiva e seus princípios demarcam a convivência em uma sociedade diversa, na qual a relação com diferenças físicas, culturais e ideológicas favorece mudanças sociais (Santos *et al.*, 2021). Numerosas políticas públicas e instrumentos legais foram criados para garantir igualdade de oportunidades, na tentativa de ampliar a acessibilidade e a equidade para a população com deficiência. A pauta da inclusão, na sociedade, é tão crucial que a Organização das Nações Unidas (ONU) a reconhece em seus Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015), compondo o ODS 10, que visa à redução da desigualdade global (Silva, 2022).

A partir da década de 1990, o debate sobre acessibilidade e práticas inclusivas foi intensificado com a difusão de políticas públicas, o que trouxe à tona a discussão sobre temas fundamentais, como acessibilidade, equidade e efetivação de práticas inclusivas nos diversos contextos (Buiatti *et al.*, 2022).

Algumas terminologias importantes acometem os debates, como a equidade, que se refere à capacidade de reconhecer e avaliar contextos, ações e situações de forma imparcial e justa, eliminando discrepâncias e injustiças (Santarosa; Conforto, 2015). Acessibilidade, por sua vez, são as condições que possibilitam a autonomia e participação social, influenciando o desenvolvimento ocupacional, cognitivo e psicológico do indivíduo. Esse último conceito era compreendido apenas como uma questão de mobilidade, mas, atualmente, admite-se que as barreiras são mais complexas, como o acesso a comunicação, metodologias, instrumentos e o preconceito disseminado nas atitudes, levando a exclusão social (Wagner *et al.*, 2010).

Nesse contexto, estudos e pesquisas sobre a inclusão de pessoas com deficiência, especialmente com Transtorno do Espectro Autista (TEA), têm se destacado no debate social e legislativo. O TEA foi descrito pela primeira vez em 1943 pelo psiquiatra Leo Kanner, que o denominou de Distúrbio Autístico do Contato Afetivo (Kanner, 1943, *apud* Bosa; Callias, 2000). Apesar dos avanços na compreensão do Transtorno ao longo das décadas, seu respaldo e formalização jurídica ocorreu apenas em 2012, com a Lei Nº 12.764. Essa legislação estabeleceu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, garantindo o reconhecimento legal delas como pessoas com deficiência, um marco importante para a inclusão e



fortalecimento de direitos dessa população.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) demarca a retirada da deficiência como condição estática e biológica e a caracteriza como um resultado da interação entre obstáculos ambientais e sociais acompanhado das limitações físicas, mentais, intelectuais e sensoriais de um indivíduo (Brasil, 2015). Reforça o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2007) no sentido de eliminar barreiras para assegurar a igualdade de condições e o Decreto 7.611/2011, que estabelece diretrizes no âmbito educacional as quais vedem a exclusão de pessoas com deficiência e promovam acessibilidade na rede regular de ensino por meio do Atendimento Educacional Especializado – AEE (Brasil, 2011).

O Decreto do AEE delimita o público da educação especial, sendo o TEA parte dessa população. O Autismo é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento que se manifesta desde a infância, caracterizado por dificuldades na interação social e por comportamentos repetitivos, os quais podem ser expressos de diversas maneiras (Lazzarini; Elias, 2022). O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) o descreve em duas principais dimensões: déficits na comunicação/interação social e padrões repetitivos de comportamento, destacando fatores genéticos e ambientais (American Psychiatric Association, 2014). No Brasil, a Lei 12.764/2012 complementa essa definição ao destacar as dificuldades na reciprocidade social e manutenção de relações interpessoais como aspectos centrais do Transtorno (Brasil, 2012).

Sob essa perspectiva, a inclusão dessas pessoas no ambiente escolar é tema central deste estudo, com fundamento na Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski. Embora o TEA seja amplamente estudado na Psicologia, a maioria das pesquisas ainda se concentram em abordagens comportamentais, médicas e neurocientíficas (Marinho; Merkle, 2009).

Vigotski (2011), em seus estudos sobre defectologia, desenvolvidos na década de 1920 e publicado em 1995, questiona a concepção tradicional da época, que considerava a deficiência como uma limitação definitiva. Para o autor, o desenvolvimento não ocorre de forma linear, mas, sim, de maneira dinâmica e influenciada pelo contexto cultural e social. Nesse sentido, a superação das barreiras sociais é fundamental para o desenvolvimento das crianças com deficiência, uma vez



que, diante das limitações orgânicas, a cultura e a mediação social oferecem caminhos alternativos para o aprendizado. Vigotski (2011) pondera que essas crianças se desenvolvem de outro modo, utilizando caminhos e recursos alternativos que a conduzem a uma compensação.

Um conceito central nessa perspectiva é o de mediação semiótica, a partir do qual destaca-se o papel do Outro na atribuição de significado ao mundo da criança. Conforme apontam Martins e Monteiro (2017), esse processo ocorre por meio da interação social, que possibilita a construção da linguagem e das relações, inserindo a criança em um ambiente culturalmente contextualizado. Pino (1991, *apud* Martins e Monteiro, 2017) define a mediação como toda intervenção de um terceiro elemento que facilita a interação entre os envolvidos em uma relação. Dessa forma, a troca simbólica e a comunicação promovem o desenvolvimento da criança com autismo, favorecendo sua inclusão na sociedade.

Ao pensarmos na importância da interação social para o desenvolvimento, a Psicologia Escolar desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão de pessoas com TEA, abordando questões institucionais e interacionais no contexto educacional. A partir da década de 1980, a área passou a adotar uma perspectiva mais crítica que analisa o sujeito imerso ao contexto social, político, histórico e cultural (Barbosa; Souza, 2012).

Sob a ótica da Psicologia Escolar em uma vertente Crítica, a atuação do(a) psicólogo(a) deve ir além da observação e da intervenção individual, pois esse profissional deve atuar como agente de transformação, questionando políticas educacionais e promovendo um ambiente inclusivo. Isso envolve analisar práticas pedagógicas tradicionais, fomentar a colaboração e parceria entre os professores e famílias, e incentivar uma educação baseada na diversidade, na equidade e na participação democrática (Souza, 2009).

Assim, o interesse por investigar a atuação da Psicologia Escolar na inclusão de crianças com TEA, sob a perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, surge da necessidade de preencher lacunas no entendimento e na intervenção com esse público. Isso, porque Vigotski fornece uma perspectiva abrangente sobre o desenvolvimento humano, em especial às pessoas com deficiência.

Dessa forma, este estudo analisa produções acadêmicas sobre a atuação do(a)

psicólogo(a) escolar na inclusão de pessoas com TEA, tendo como base a Psicologia Histórico-Cultural. As questões centrais são: Como a Psicologia Escolar, fundamentada nessa teoria, promove a inclusão de pessoas com TEA? Quais pesquisas têm sido desenvolvidas sobre essa temática? Que intervenções têm sido realizadas por esses profissionais? Para responder a essas questões, foi realizada uma revisão bibliográfica.

## **2. METODOLOGIA**

O estudo realizado caracterizou-se pela pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, com enfoque exploratório, que se baseia em uma revisão de literatura. Os dados presentes foram coletados por meio de um levantamento de produções científicas e teve como objetivo conhecer e/ou aprimorar conteúdos já abordados, por meio da análise e descrição de situações (Sampieri, 2006).

O trabalho propôs-se a investigar como a Psicologia Escolar, fundamentada na Teoria Histórico-Cultural, pode promover a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas e identificar as intervenções e atividades desenvolvidas por psicólogas(os) escolares com base nessa perspectiva. Foram explorados artigos acadêmicos publicados em língua portuguesa entre os anos de 2018 e 2023, que abordam a temática. A construção dos dados foi realizada nas plataformas CAPES, SciELO, BVS e Google Acadêmico, utilizando as palavras-chave “Inclusão”, “Autismo”, “Transtorno do Espectro Autista (TEA)”, “Escolas”, “Teoria Histórico-Cultural”, “Vigotski” e “Psicologia Escolar”, combinadas entre si. O critério de inclusão foi: artigos acadêmicos publicados entre 2018 e 2023 que retratam os objetivos do estudo e os critérios de exclusão foram artigos que não se relacionam diretamente com a temática da inclusão de pessoas com TEA, que não mencionam a Teoria Histórico-Cultural e Psicologia Escolar, que não contemplam a finalidade da pesquisa e aqueles que estão repetidos nas bases de dados. Assim, foram encontrados 11 artigos.

Apesar da utilização de quatro plataformas – Google Acadêmico, BVS, CAPES e SciELO – e de uma extensa combinação de descritores, pouco material relacionado à Psicologia foi encontrado, principalmente no contexto da Psicologia Escolar Crítica alicerçada à Teoria Histórico-Cultural e na promoção da inclusão das pessoas com TEA nas escolas.

Nesse sentido, a discussão aqui se amplia não somente para artigos e estudos que tratam da atuação do(a) psicólogo(a) escolar, como também para pesquisas e relatos de ações no contexto escolar que se propuseram a atender as pessoas com TEA, sob a mesma fundamentação teórica.

### **3. RESULTADOS e DISCUSSÃO**

Como salientado, a revisão de literatura possibilitou a seleção de 11 artigos, os quais abordam a inclusão escolar de crianças com TEA a partir dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural. Percebe-se uma lacuna de publicações relacionadas à atuação do(a) psicólogo(a) escolar nessa temática, bem como uma falta de estudos sobre as intervenções e atividades propostas por profissionais nesse contexto. Outros agentes surgem nas produções, como pedagogos, professores e familiares.

Os artigos selecionados foram categorizados em três tópicos: “A abordagem Histórico-Cultural e o Transtorno do Espectro Autista (TEA)”; “Formação de professores para atuação com pessoas com TEA”; e a “Inclusão de pessoas com TEA no espaço escolar”.

A categoria predominante é a terceira, composta por oito artigos que discorrem sobre como ocorre a inclusão das pessoas com TEA no espaço escolar, observando essa ação pelo prisma da Teoria Histórico-Cultural. As produções abrangem os ensinamentos infantil, fundamental e médio, e envolvem uma variedade de agentes que atuam no ambiente escolar, como professores e mães. Além disso, os artigos abordam tanto atividades práticas realizadas, quanto a análise de fatores mais subjetivos como a imaginação, a criatividade, as vivências e o ato de brincar dessa população. Os escritos também investigam as concepções e significações dos professores sobre os aspectos da inclusão da população com TEA nas escolas, além de realizarem estudos de caso sobre a temática pelo prisma de uma mãe.

As outras categorias contam com apenas três artigos ao todo. A primeira delas é “A abordagem Histórico-Cultural e o Transtorno do Espectro Autista (TEA)” que busca analisar como essa abordagem contribui para o entendimento do Autismo, como é construído o processo de inclusão sob essa perspectiva e como o(a) psicólogo(a) atua no ambiente escolar. Já a segunda, “Formação para atuação com pessoas com TEA”,

aborda dois artigos que discutem os desafios dos professores no trabalho com crianças com TEA e suas formações para lidarem com esse público diante do paradigma da inclusão escolar, pautada pela perspectiva Histórico-Cultural.

#### **a. A Abordagem Histórico-Cultural e o Transtorno do Espectro Autista**

Nessa categoria, analisa-se um artigo que objetiva compreender como a abordagem Histórico-Cultural contribui para a compreensão do TEA, como o processo de inclusão é estruturado e qual é o papel do(a) psicólogo(a) no contexto escolar. Os autores enfatizam que a abordagem Histórico-Cultural oferece uma perspectiva valiosa para a compreensão do TEA, pois considera a interação social como um fator essencial para o desenvolvimento, além de lançar um novo olhar sobre a inclusão escolar de crianças no espectro.

O texto reforça o papel fundamental do ambiente escolar na aprendizagem das crianças. Coelho, Rocha e Cavalcante (2023) destacam que a escola promove o contato da criança com TEA com outros estudantes e professores, os quais atuam como mediadores, o que contribui significativamente para o desenvolvimento.

Também, é ressaltada a necessidade de promover o desenvolvimento das potencialidades das crianças com TEA por meio de interações sociais, estratégias pedagógicas, atividades lúdicas e o uso de comunicação alternativa. Monteiro e Bragin (2016), Levya-Nápoles e Orrú (2016) e Sá et al. (2015), citados por Coelho, Rocha e Cavalcante (2023), criticam abordagens reducionistas que se concentram nas limitações das crianças, reforçando a necessidade de políticas públicas e de qualificação profissional que garantam um atendimento mais adequado a esse público.

A pesquisa também destaca que a Teoria Histórico-Cultural compreende a inclusão como um processo histórico e dinâmico, exigindo modificações nas práticas educacionais e sociais. Essa perspectiva oferece uma contribuição significativa para a compreensão da diversidade humana e das necessidades específicas das crianças com TEA no contexto escolar.

Além disso, o artigo aponta a escassez de estudos sobre a atuação de psicólogos(as) escolares na inclusão de crianças com TEA sob a abordagem Histórico-Cultural. Os autores ressaltam que os conceitos de Vigotski podem ampliar o alcance do

trabalho dos profissionais da Psicologia Escolar, favorecendo o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e promovendo a elaboração de estratégias pedagógicas mais eficazes.

Barroco e Souza (2012, apud Coelho, Rocha e Cavalcante, 2023) reforçam a importância do(a) psicólogo(a) escolar no suporte a professores, alunos, famílias e equipes pedagógicas. As autoras ressaltam a necessidade do envolvimento dos(as) psicólogos(as) na contribuição para formação de docentes, capacitando-os a compreender as particularidades do TEA e a utilizar instrumentos e recursos pedagógicos adaptados, como arte, jogos e vivências.

Por fim, o artigo conclui que é essencial aprofundar os conceitos centrais da Psicologia Histórico-Cultural, como mediação, internalização e Zona de Desenvolvimento Proximal, para ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento dessas crianças.

#### **b. Formação de Professores para Atuação com Pessoas com Transtorno do Espectro Autista**

A respeito da formação docente, Godoi, Rocha e Leite (2023) investigaram se o currículo do curso de Pedagogia prepara adequadamente os docentes para alfabetizar crianças com deficiência, identificando desafios e lacunas na formação. Baseando-se na perspectiva de Vigotski e na concepção de alfabetização como processo discursivo, os autores destacaram a importância do professor como interlocutor no espaço escolar, estruturando o ensino de forma a expandir o universo das crianças por meio da experimentação da escrita e linguagem.

A análise dos documentos revelou um descompasso entre tal currículo e a legislação vigente, com uma carga horária insuficiente e apenas uma disciplina voltada à inclusão. Como consequência, destacaram que os professores sentem-se inseguros para alfabetizar crianças com deficiência. Além disso, o estudo aponta a falta de planejamento institucional, pois os docentes só recebem informações sobre esse público no início do ano letivo, dificultando uma preparação adequada anterior.

A pesquisa concluiu que a licenciatura possui lacunas e que a formação continuada é essencial para garantir a educação inclusiva. Além disso, compreende que



a responsabilidade em favorecer práticas inclusivas é de toda a escola, não apenas do professor, e ainda sugere que a inserção de psicólogos(as) escolares nesse processo contribuiria para orientar os profissionais e promover acessibilidade dentro das instituições, garantindo o desenvolvimento e aprendizado de todos os alunos, independentemente de suas particularidades.

Pimentel e Frison, (2023) investigaram os principais desafios enfrentados por professores no trabalho junto aos alunos com TEA, além de examinar as relações do AEE com o Ensino Regular para uma aprendizagem significativa dessas crianças. A pesquisa envolveu 22 professoras dos anos iniciais da Educação Infantil em um centro de ensino regular, três professoras da equipe diretiva e duas professoras responsáveis por turmas com alunos diagnosticados com autismo. A metodologia, fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural, adotou questionários e entrevistas como ferramentas na condução do estudo.

Nas entrevistas, as professoras destacaram a importância do monitor ou do profissional de apoio em sala de aula e reconheceram a falta de formação específica sobre o TEA. Relataram dificuldades em envolver as crianças nas atividades, o que provoca frustração e uma preocupação com a possibilidade de afetar a produtividade da turma ao atender esses estudantes. Mencionaram desafios no estabelecimento de regras, no gerenciamento de crises e na promoção aprendizagem.

Segundo Buiatti (2013), a formação docente deve contemplar a diversidade humana e preparar os professores para planejar atividades que favoreçam a interação social e o aprendizado. O Decreto nº 7.611/2011 reforça a necessidade de qualificação da equipe escolar e da formação continuada dos docentes para a educação inclusiva. Por fim, o estudo concluiu que a Psicologia Escolar tem um papel relevante ao promover formação continuada, escuta e troca de experiências, auxiliando na construção de práticas pedagógicas inclusivas e na conscientização de responsabilidade coletiva da escola na educação de alunos com TEA.

### **c. Abordagem Histórico-Cultural e e Espaço Escolar**

Yaegashi et al. (2023) examinou os significados atribuídos ao TEA por professores da Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada na Psicologia



Histórico-Cultural, que contou com a participação de 23 professoras da rede municipal de uma cidade no Paraná. O estudo utilizou questionários e entrevistas semiestruturadas e observações de aulas para a coleta de dados.

As entrevistas indicaram que, embora as professoras demonstrem algum conhecimento sobre o autismo, suas concepções frequentemente reproduzem estigmas. O Transtorno é majoritariamente visto por suas dificuldades de interação e comportamentos peculiares, refletindo uma visão capacitista que define os sujeitos por suas limitações. Além disso, muitas desconhecem as especificidades do TEA, atribuindo características do transtorno à personalidade da criança.

O estudo evidencia a carência de compreensão dos conceitos fundamentais e dos aspectos legais relacionadas ao Transtorno, bem como um conhecimento superficial sobre o seu impacto na aprendizagem. Em geral, as professoras priorizam o cuidado e a atenção às crianças, mas sem uma abordagem pedagógica estruturada e efetiva. A pesquisa sugere que essa visão restrita decorre da formação deficitária, que não contempla abordagens como a Psicologia Histórico-Cultural, essenciais para compreender o desenvolvimento humano e intervir adequadamente nos casos.

Os resultados reforçam a necessidade de formação continuada, que propicie ao professor a construção de estratégias inclusivas para impulsionar a participação ativa dos alunos com TEA no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa destaca, ainda, a relevância da convivência entre crianças com TEA e seus pares para fomentar um ambiente inclusivo e enfatiza o papel da Psicologia Escolar na formação dos docentes, ao oferecer espaços para reflexão de práticas pedagógicas, estudo de casos, contribuindo para transformações institucionais.

Araújo, Benatti e Achete (2023) realizaram uma análise de como a adaptação da rotina escolar favorece a inclusão de estudantes com TEA por meio de uma pesquisa bibliográfico-documental. Baseado na Teoria Histórico-Cultural, os autores defendem que as interações sociais e culturais são essenciais para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Segundo Vigotski (2000), o meio social impulsiona o aprendizado e, se houver oportunidades adequadas, uma criança com deficiência pode desenvolver-se plenamente, além disso, a qualidade da mediação pedagógica no processo educativo tem impacto significativo no desenvolvimento.



Araújo, Benatti e Achete (2023) evidenciam a importância da previsibilidade na aprendizagem de alunos com TEA. A rotina estruturada no ambiente escolar reduz a ansiedade e auxilia os professores para um suporte mais eficaz. O estudo destaca que a rotina não deve ser rígida, mas adaptável às necessidades individuais dos discentes.

A pesquisa de Mattos e Lione (2023) teve como objetivo analisar os desafios e possibilidades do brincar na inclusão escolar de crianças com TEA. Baseado na Teoria Histórico-Cultural e nos fundamentos da Defectologia de Vigotski, o estudo utilizou pesquisa-ação com quatro crianças diagnosticadas com TEA em duas escolas de Educação Infantil no Rio de Janeiro. Foram aplicadas observações participantes e entrevistas semiestruturadas com pais, docentes e estagiárias.

Os resultados mostraram que as crianças apresentavam pouco uso funcional dos brinquedos, utilizando-os de maneira não convencional. Segundo Vigotski (2007), essa utilização faz parte do desenvolvimento cognitivo, promovendo novos significados e abstrações, mas também requer mediação para ampliar a funcionalidade. Observaram-se também brincadeiras isoladas, com progressos relacionados à estimulação social, reforçando a importância da interação mediada. Ademais, foram identificadas estereotipias motoras e comportamentais, como repetição de gestos e apego à rotina. Essas manifestações funcionam como mecanismos de expressão e auto-organização sensorial.

Os docentes expuseram, nesse estudo, desafios tais como incentivar a participação das crianças e adaptar atividades aos interesses delas. A comunicação é apontada como essencial, sugerindo o uso de sistemas simbólicos para crianças não verbais. O Plano Educacional Individualizado (PEI) é citado como ferramenta importante para organização de metas e de inclusão.

O artigo destaca que a inclusão deve envolver toda a comunidade escolar, incluindo a gestão e a equipe pedagógica. A colaboração entre escola e família é fundamental para atender as necessidades das crianças, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica reforçam a importância desse diálogo, incentivando a participação ativa dos familiares na construção do PEI. Portanto, o estudo propõe que o planejamento pedagógico seja centrado nos interesses das crianças, ampliando suas experiências lúdicas. Além disso, defende a formação continuada dos professores para melhor interação com esses alunos.

Barbuio (2023) analisou o processo educativo de um aluno com TEA que se identifica com um personagem e o imita nas aulas de educação física. O artigo analisa os postulados de Vigotski sobre a relação entre imaginação e realidade, sendo que a primeira depende das experiências anteriores, mas também pode gerar criações originais. Ele propõe quatro formas de relação entre imaginação e realidade: a influência direta da experiência; a ampliação das vivências por meio de experiências alheias; o impacto da esfera emocional; e a capacidade de inovação. Assim, a imaginação não se limita à repetição de experiências passadas, mas também possibilita a criação de novas realidades (Vigotski 2009). O estudo conclui que o ensino deve considerar as singularidades dos alunos, promovendo abordagens pedagógicas que integrem suas vivências e interesses, garantindo um processo educativo mais inclusivo e significativo.

Angelino e Fernandes (2023) discutem a aprendizagem de crianças com desenvolvimento típico e atípico, enfatizando o brincar e a construção do conceito de número na Educação Infantil. O estudo desenvolveu os Cenários Inclusivos para Aprendizagem Matemática, estruturados para garantir o acesso de todos os alunos aos conhecimentos matemáticos previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Inspirados em Vigotski, esses cenários enfatizam a interação, a mediação e o lúdico, incorporando estímulos multissensoriais para explorar diferentes linguagens. A pesquisa ocorreu em uma escola pública no litoral de São Paulo, com 25 crianças entre cinco e seis anos, incluindo dois alunos com TEA e um com Síndrome de Down.

O estudo destaca o Teatro Musical como atividade inclusiva, promovendo múltiplos estímulos e estilos de aprendizagem. A encenação de músicas infantis com conceitos matemáticos permitiu a participação ativa das crianças, promovendo expressão corporal, imaginação e raciocínio matemático, contribuindo para a criação de um ambiente inclusivo e dinâmico, no qual todos desempenharam papéis ativos no aprendizado.

Poll, Araújo, Silva e Silva Júnior (2022), autores do livro “Na Trilha do Saber: Jogo adaptado como alternativa para o Ensino de Física a alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Médio”, baseado nas teorias de Vigotski e Ausubel, apresentam um jogo, aplicado em uma turma do Ensino Médio como ferramenta lúdica, para facilitar o ensino de Física, estimular a interação social e desenvolver a linguagem. O estudo analisa sua eficácia didático-pedagógica e os seus impactos na aprendizagem e



comunicação dos alunos com TEA.

O jogo é composto por um tabuleiro, cartas de perguntas e desafios, peças e um dado, dividido em fases. Os alunos formam equipes com diferentes níveis de conhecimento, garantindo que o estudante com TEA fosse incluído em um grupo preparado para auxiliá-lo e aprender com ele. Durante a atividade, os participantes responderam a questões sobre conceitos de Física e avançaram no tabuleiro. As perguntas são adaptadas para atender às necessidades dos alunos com autismo, utilizando linguagem clara e objetiva. Os resultados indicaram que o jogo foi eficaz na aprendizagem de conceitos da Física e de interação social, que os alunos com TEA puderam iniciar diálogos, interagir com colegas e receber atenção, o que contribuiu para o desenvolvimento da comunicação verbal e não verbal.

O artigo enfatiza a importância de metodologias acessíveis para garantir uma educação inclusiva e de qualidade. Além disso, destaca que o uso de jogos não beneficia apenas alunos com TEA, mas toda a turma, promovendo uma aprendizagem significativa e colaborativa.

Nessa mesma direção, Novaes (2022) discute a resolução de um exercício de Matemática do programa Mais Alfabetização por um aluno com TEA do ensino fundamental, em colaboração com a professora regente e a estagiária. A pesquisa questiona a padronização das avaliações em função do diagnóstico, contrariando os princípios da educação inclusiva, e adota a Teoria Histórico-Cultural, que vê a deficiência como um potencial de desenvolvimento influenciado pelo meio, e as ações pedagógicas como propulsoras para a quebra de barreiras e compensações das limitações.

Realizada em uma escola municipal com um aluno de oito anos com TEA, a pesquisa utilizou a abordagem microgenética, analisando o desenvolvimento do estudante ao longo do tempo por meio de registros fotográficos e diário de campo. Os resultados indicam que a mediação favorece a participação ativa dele, uma vez que colaborou para a eficácia de suas respostas. A cooperação na tarefa possibilitou um desempenho superior, reforçando a importância da inclusão e das interações sociais no aprendizado.

Esse estudo evidencia a mediação como essencial no processo de inclusão. Embora o artigo não mencione diretamente a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), as práticas expostas nele refletem esse conceito, definido como a diferença entre o que

o(a) aluno(a) consegue fazer sozinho(a) e o que pode alcançar com orientação ou colaboração. Isso reforça que, com o apoio adequado, os(as) estudantes com TEA podem expandir suas capacidades e alcançar seu potencial de desenvolvimento.

#### **4. CONCLUSÃO**

Neste trabalho, objetivou-se investigar como a Psicologia Escolar em uma vertente Crítica, fundamentada na Teoria Histórico-Cultural, promove a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas e identificar as intervenções e atividades desenvolvidas por psicólogos(as) escolares com base nessa abordagem.

Constata-se que, apesar de uma extensa pesquisa com diversas combinações de termos de busca, pouco foi encontrado sobre a atuação da Psicologia Escolar relacionada ao TEA, tendo como alicerce a Teoria Histórico-Cultural. Vale ressaltar que nem todos os questionamentos que suscitaram essa pesquisa foram respondidos dada a ausência de publicações nesta área.

Entretanto, foi possível compreender como os conceitos da Psicologia Histórico-Cultural contribuem para o entendimento do Transtorno e para o processo de inclusão de estudantes com TEA nas escolas. Detectaram-se conceitos importantes de Vigotski, como: o papel do ambiente no desenvolvimento e aprendizagem do ser humano; a mediação social e aprendizagem colaborativa; a Zona de Desenvolvimento Proximal; o combate a uma compreensão reducionista da criança com TEA; e o entendimento da inclusão como um processo histórico. Esses conceitos possibilitaram a reflexão sobre a atuação do(a) psicólogo(a) escolar para um processo de inclusão do TEA nas escolas.

Nesta perspectiva, o(a) psicólogo(a) inserido nesse espaço pode colaborar não somente no processo de escolarização dos(as) estudantes com TEA, como também na compreensão das políticas públicas relativas à sua inclusão, na promoção da acessibilidade em todos os níveis (comunicacional, metodológica, instrumental, atitudinal e arquitetônica), na organização e reestruturação curricular, na formação docente, na relação entre família, escola e estudante, entendendo a importância de olhar para o contexto social, histórico e cultural dos(as) discentes, de suas famílias e dos profissionais da educação.



Identificou-se a necessidade de psicólogos(as) escolares mediarem os desafios encontrados no contexto escolar, promovendo estratégias que relacionem o AEE, a Pedagogia e a Psicologia nas escolas, possibilitando uma maior inclusão de todos e todas e não se limitando apenas a possibilidades pedagógicas.

Ademais, conclui-se que a escola é uma instituição permeada pelos aspectos que regem a sociedade, incluindo suas produções sociais opressoras como o capacitismo que, de acordo com Dias (2013, apud Mello e Cabistani, 2019), é uma forma de preconceito subliminar, que revela uma construção universal discriminatória direcionada a pessoas com deficiência. Dessa forma, define-se como a materialização de atitudes preconceituosas que consideram essas pessoas como desiguais, menos aptas e incapazes sobre si, colocando-as em um estado menor (Mello; Cabistani, 2019).

Nesse sentido, essencialmente o(a) psicólogo(a) escolar tem como função contribuir no combate a ações discriminatórias, buscando alterar essa estrutura social no espaço escolar, evidenciando que o desenvolvimento do sujeito com deficiência depende do olhar social, pois, de acordo com Silva (2006, p. 121, apud Mello; Cabistani, 2019), “a deficiência não é uma condição estática, natural e definitiva” e está firmada nas relações e interações que determinam sua percepção na sociedade.

A partir disso, enfatiza-se a importância do estudo da Teoria Histórico-Cultural para a execução das atividades deste profissional voltadas à inclusão. Esta fundamentação auxilia no desenvolvimento do pensamento crítico sobre as estruturas sociais já cristalizadas no cotidiano, além de respaldar-se em uma perspectiva baseada no processo social e histórico do sujeito, objetivando compreender as singularidades da população com TEA e almejando potencializar sua existência.

## **5. REFERÊNCIAS**

ANGELINO, R. R. D. S.; FERNANDES, S. H. A. A. Vivências e brincadeiras: uma cultura inclusiva na educação infantil. **Revista Sergipana de Matemática e Educação Matemática**, Aracaju, v. 8, n. 2, p. 196–211, 2023.

ARAÚJO, M. P. M.; PEREIRA, S. G.; OLIVEIRA, A. F. T. M. Processos de inclusão de um adolescente com transtorno do espectro autista: um estudo de caso sob o prisma de uma mãe. **Revista Educar Mais**, v. 6, p. 569–586, 2022. DOI:



<https://doi.org/10.15536/reducarmais.6.2022.2849>.

ARAÚJO, V. F. de; BENATTI, L. M.; ACHETE, B. **A contribuição da rotina escolar para o desenvolvimento de alunos com transtorno do espectro autista**. Maringá:

Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2023. Cap. 1, p. 11–26.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARBOSA, D. R.; SOUZA, M. P. R. de. Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 1, p. 163–173, 2012. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000100018>.

BARBUIO, R. Imaginação e criatividade como meio/modo de trabalho com alunos com transtorno do espectro do autismo. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 5, n. 14, p. 40, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7807193>.

BOSA, C.; CALLIAS, M. Autismo: breve revisão de diferentes abordagens. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, n. 1, p. 167–177, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722000000100017>.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: tradução oficial. Brasília, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm).

Acesso em: [25 de novembro de 2024].

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: [12 de dezembro de 2024].



BUIATTI, V. P.; CARDOSO, M. R.; SILVA, D. V. da; MUELLER, I. G.; CUNHA, T. O. Arte, inclusão e o atendimento às pessoas com transtorno do espectro autista (TEA): relato de experiência. In: **Formação e trabalho do docente: Políticas educacionais e práticas pedagógicas** (pp. 91 - 101). Regência e Arte.[S.l.: s.n.], 2022.

BUIATTI, V. P. Atendimento educacional especializado: dimensão política, formação docente e concepções dos profissionais. 2013. **Tese (Doutorado)** – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

COELHO, G. G.; ROCHA, L. P.; CAVALCANTE, J. G. Um estudo teórico sobre a inclusão escolar de crianças com autismo a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. **Revista Cocar**, v. 18, n. 36, p. 1–19, 2023. ISSN: 2237-0315.

GODOI, E.; ROCHA, J. G.; LEITE, L. S. Formação de professores alfabetizadores e a inclusão escolar da criança com deficiência. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 17, p. 1–22, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14244/198271995005>.

LAZZARINI, F. S.; ELIAS, N. C. História Social e Autismo: uma revisão de literatura.

**Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 28, e0017, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0017>.

MARINHO, E. A. R.; MERKLE, V. L. B. Um olhar sobre o autismo e sua especificação. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA**, 9., 2009, Curitiba. Anais. Curitiba: PUCPR, 2009. p. 6084.

MARTINS, A. D. F.; MONTEIRO, M. I. B. Alunos autistas: análise das possibilidades de interação social no contexto pedagógico. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 2, p. 215–227, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v21n2/2175-3539-pee-21-02-00215.pdf>. Acesso em: [12 de dezembro de 2024].

MATTOS, M. M. de M.; LIONE, V. de O. F. O brincar das crianças com o transtorno do espectro autista na educação infantil. **Revista Olhares**, v. 11, n. 1, 2023. ISSN 2317-7853.

MELLO, L. S.; CABISTANI, L. G. Capacitismo e lugar de fala: repensando barreiras atitudinais. **Revista da Defensoria Pública do Estado do RS**, p. 118–139, 2019.

NOVAES, D. Reflexões sobre a avaliação de matemática do programa Mais Alfabetização realizada por um aluno com autismo do ensino fundamental. **Creative Education Journal**, v. 19, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5747/ch.2022.v19.h53>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030 para o Desenvolvimento**



**Sustentável. 2015.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.

Acesso em: [3 de janeiro de 2025].

PIMENTEL, J. N. Q.; FRISON, M. D. Desafios de professores no trabalho com crianças com Transtorno do Espectro Autista. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 9, p. 18393–18414, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.9-271>.

POLL, L. A.; SILVA, R.; SILVA JÚNIOR, C. A. B. Na trilha do saber: jogo adaptado como alternativa para o ensino de física a alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Médio. In: ENCONTROS INTEGRADOS EM FÍSICA E SEU ENSINO, 2022, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Física, 2022.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia da pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTAROSA, L. M. C.; CONFORTO, D. Tecnologias móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com transtornos do espectro autista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 4, p. 349–366, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382115000400003>.

SANTOS, J. O. L. dos; SADIMI, G. P. T.; SCHMIDT, C.; MATOS, M. A. de S. O atendimento educacional especializado para os educandos com autismo na rede municipal de Manaus-AM. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 260, p. 99–119, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102.i260.4150>.

SILVA, J. S. S. da. Deficiência, diversidade e diferença: idiosincrasias e divergências conceituais. **Educação em Revista**, v. 38, e36551, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698368536551>.

SOUZA, M. P. R. de. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 13, n. 1, p. 179–182, 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141385572009000100021&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572009000100021&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: [10 de abril de 2025].

VIGOTSKI, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 4, p. 861–870, 2011. Tradução: SALES, D. R.; OLIVEIRA, M. K.; MARQUES, P. N.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WAGNER, L. C.; PACHECO, A.; LINDEMAYER, C. K.; SILVA, L. D. A. Acessibilidade de pessoas com deficiência: um olhar de uma comunidade periférica de Porto Alegre.



**ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS COM TRANSTORNO  
DO ESPECTRO AUTISTA**

Ribeiro *et. al.*

**Ciência em Movimento**, ano XII, n. 23, p. 1–15, 2010.

YAEGASHI, S. F. R.; BATISTA, T. L. de A.; CAETANO, L. M.; ALENCAR, G. A. R. de; SOUZA,

S. T. de. Concepções/significações de profissionais da Educação Infantil acerca do

Transtorno do Espectro Autista. **Ensino em Pesquisa**, ISSN: [2359-4381](https://doi.org/10.2359/4381),

Volume/Número/Paginação/Ano: v. 21, n.1, p. 146-162, jan./mar. 2023